



InfoSNESup 165

Newsletter Junho de 2012 - 1ª Quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior
Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

- UM SINDICATO É UM CONJUNTO DE PESSOAS QUE ARTICULAM AS SUAS ATUAÇÕES
 - TRANSIÇÕES DE RECÉM DOUTORADOS PARA PROFESSORES AUXILIARES E ADJUNTOS - OS PRÓXIMOS PASSOS
 - NOVAS ORIENTAÇÕES PARA FIXAÇÃO DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR
 - CONVERSÃO DOS CONTRATOS A TERMO EM CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO POR DECURSO DO TEMPO
 - DIREITOS EM CASO DE NÃO RENOVAÇÃO DO CONTRATO
 - REGULAMENTO DE BOLSAS DA FCT DÁ MAIS UMA MACHADADA NO APOIO AO DOUTORAMENTO DE DOCENTES
 - ISCTE REVOGA REGULAMENTO DE DIREITO PRIVADO PARA A CARREIRA DOCENTE
 - REGULAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE NO IPCA
 - EVENTOS
 - DIÁRIO DA REPÚBLICA
-

UM SINDICATO É UM CONJUNTO DE PESSOAS QUE ARTICULAM AS SUAS ATUAÇÕES

A Direção e o Conselho Nacional do SNESup, depois de elencarem um conjunto de questões que estão a afetar mais gravemente as carreiras, devolveram a cada um dos associados a possibilidade de, pela sua presença na concentração de 6 de Junho ou pela sua participação em outras iniciativas que foram sugeridas, darem o seu próprio contributo. Pelo número de presenças (80), pela satisfação demonstrada com a sua participação na iniciativa (tomaram espontaneamente a palavra colegas da Universidade da Madeira, da UTAD, da Universidade Nova de Lisboa, do Instituto Politécnico de Tomar, do Instituto Politécnico de Portalegre) pela inédita entrega de teses nos serviços do Ministério, esta foi uma iniciativa que será recordada muito tempo no SNESup.

Faltaram muitos colegas, sobretudo dos mais diretamente afetados das suas carreiras, o que prejudica o objetivo de forçar a abertura de negociações com o Ministério da Educação e Ciência. E não sejamos destituídos de senso ao ponto de desculpabilizar este dizendo que se verga a orientações das Finanças: o SNESup conseguiu este ano pela primeira vez participar num processo negocial com a Secretaria de Estado da Administração Pública e esta várias vezes remeteu, embaraçada com as razões apresentadas, o conteúdo das nossas propostas para uma negociação com a tutela.

As concentrações e as greves por objetivos próprios do ensino superior, por motivações profissionais, não estão ausentes do código genético do SNESup. À margem da concentração foram recordadas as grandes greves do ano da fundação (1989), a vigília e as greves da luta pelo reajustamento remuneratório que veio a ser objeto de um acordo de legislatura (1995), as lutas em torno da revisão dos Estatutos, com concentrações nas Laranjeiras e em São Bento (2009). Não há razão, antes pelo contrário, para hoje nos acomodarmos.

Discretamente foi-nos sugerido que de futuro utilizássemos o “manifestódromo” da 5 de Outubro uma vez que Crato transferiu o gabinete para lá. É visível que nas Laranjeiras incomodámos. Às Laranjeiras voltaremos.

TRANSIÇÕES DE RECÉM DOUTORADOS PARA PROFESSORES AUXILIARES E ADJUNTOS - OS PRÓXIMOS PASSOS

O SNESup requereu ao Ministério da Educação e Ciência cópia integral do ofício que diz ter enviado à Secretaria de Estado da Administração Pública sobre a transição do pessoal recém doutorado para as categorias de professor auxiliar e professor adjunto, bem como da resposta desta. Estamos curiosos por saber como foi torneado o parecer da DGAEP que considerava inconstitucional o exercício de funções numa categoria sem a correspondente remuneração.

Apostamos entretanto na entrega de mais teses, pelo correio, e na apresentação de intimações para forçar a resposta aos requerimentos. As indicações correspondentes estão ainda a ser preparadas.

Em relação às instituições, renovamos o pedido de que desistam das “exceções” apresentadas nas contestações às nossas ações, e de que, a suspenderam o processamento da diferença de vencimentos resultante da transição, o façam por ato de gestão fundamentado e não por cláusula contratual.

Avançaremos com a petição ao Primeiro Ministro e uma vez que o Ministério da Educação e Ciência lê da forma que veio agora a ser conhecida a LOE 2012, colocaremos a necessidade de corrigir e clarificar o articulado na LOE 2013. Para isso, recorreremos à negociação geral anual das matérias que hão-de constar no OE.

NOVAS ORIENTAÇÕES PARA FIXAÇÃO DE VAGAS NO ENSINO SUPERIOR

As novas orientações baseadas na “empregabilidade” sobre a fixação de vagas no ensino superior traduzem a passagem de uma atuação centrada na informação “ao mercado”, isto é, aos candidatos ao ensino superior, sobre a empregabilidade, para uma atuação baseada em controlos diretos.

<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Geral/Noticias/vagas2012-2013.htm>

Solicitado a pronunciar-se pela comunicação social, o presidente da direção do SNESup formulou desde logo alguns comentários. Um debate que urge realizar.

<http://www.snesup.pt/cgi-bin/getinfos.pl?EEVVEuElluOxlvYWss>

CONVERSÃO DOS CONTRATOS A TERMO EM CONTRATOS POR TEMPO INDETERMINADO POR DECURSO DO TEMPO

A tomada de posição do Provedor de Justiça com base em incumprimento de diretivas europeias, no sentido da limitação da duração máxima dos contratos a termo, está a ter algumas repercussões em termos de expectativas e declarações públicas, que sintomaticamente não abrangem o ensino superior. Seremos assim tão diferentes?

Convirá antes de mais recordar que o SNESup defendeu no processo negocial de 2009 com Mariano Gago que os assistentes e assistentes estagiários, integrados em carreira, ficassem em regime de contrato por tempo indeterminado sujeito a condição resolutiva do cumprimento das condições dos Estatutos. Levado o assunto à Assembleia na apreciação parlamentar esta votou favoravelmente a proposta do nosso Sindicato no sentido de aquelas categorias serem consideradas de carreira mas recusou a ideia do contrato com condição resolutiva. Ficaram os contratos a termo com conversão automática em contrato por tempo indeterminado em caso de sucesso, achando os deputados do PS, PSD e CDS que isto bastava. Viu-se agora que

quando há DGAEPs em ação e ministros de tutela que não sabem ou não querem saber não basta mesmo.

A apreciação parlamentar garantiu também a passagem à carreira de uma grande parte dos convidados ou equiparados que viessem a cumprir os requisitos de acesso definidos, vindo o reconhecimento do vínculo por tempo indeterminado com a passagem à carreira. A solução encontrada excluiu colegas já doutorados ou em doutoramento por não terem na altura os requisitos de tempo arbitrariamente definidos pelo parlamento. O SNESup protestou, e foi o único a fazê-lo, e colocou desde então na agenda a alteração deste aspeto do regime transitório, é uma das propostas às quais Crato não disse nem que sim nem que não.

Seria desejável que depois da revisão dos Estatutos de Carreira se não criassem novas situações de "falsos convidados". Uma das propostas que conseguimos fazer discutir em sede parlamentar por altura da apreciação da revisão foi a obrigatoriedade de abertura de concurso caso o processo de recrutamento mostre a existência de candidatos com qualificações e disponibilidade para exercer funções nas carreiras. PCP, PS, PSD, e CDS, animados pelo parecer de uma federação sindical que se pronunciou contra a nossa proposta, uniram-se na rejeição. Agora, correm as habituais lágrimas de crocodilo.

Outras propostas que fizemos - a fixação de um número máximo de renovações de contratos a termo, a proibição de contratação em tempo parcial a não ser em caso de acumulação de funções, existente na anterior redação dos Estatutos e ainda hoje mantida no ECPDESP - estão agora a ser melhor compreendidas hoje. Se tivessem sido adotadas não teríamos hoje uma degradação tão acentuada das condições de trabalho e remuneração de tantos convidados induzida pelo livre jogo do mercado. Instala-se, aliás, um paradoxo: os convidados são os primeiros a serem dispensados quando há reduções orçamentais mas são também os mais baratos. Voltaremos a este assunto.

DIREITOS EM CASO DE NÃO RENOVAÇÃO DO CONTRATO

Aproximando-se o período das não – renovações de contrato, chamamos a atenção dos interessados para o texto “Direitos em caso de não-renovação do contrato” emitido pelo SNESup há um ano.

<http://www.snesup.pt/htmls/EFEVIFVypZtRSKsppv.shtml>

A supressão dos subsídios de férias e de Natal em nome de uma alegada estabilidade de emprego na função pública pode ser facilmente contestada neste caso.

Sobre o valor da compensação por caducidade de contratos ver no site do SNESup o parecer do Sr. Dr. Paulo Veiga e Moura

http://www.snesup.pt/htmls/dlds/informacao_juridica_pvm_caducidade_contratos_termo.pdf

Especificamente sobre subsídio de desemprego, ver no site do SNESup
<http://www.snesup.pt/cgi-bin/getinfos.pl?EkZZkpypppyqMMpSlSk>

No site da Secretaria-Geral do MEC
http://www.sec-geral.mctes.pt/sgmctes/index.php?parent_id=1&option=com_easyfaq&Itemid=310&lang=pt

REGULAMENTO DE BOLSAS DA FCT DÁ MAIS UMA MACHADADA NO APOIO AO DOUTORAMENTO DE DOCENTES

O Regulamento do Concurso que está publicado no site da FCT <http://alfa.fct.mctes.pt/apoios/bolsas/regulamento2012> sugere que os docentes do superior não se podem candidatar excepto se recorrerem à equiparação a bolseiro sem vencimento, ou a licença sem vencimento e que os bolseiros de edições anteriores (no estrangeiro) vêem os seus apoios substancialmente reduzidos (este regulamento substitui os anteriores nas renovações). E desaparece a possibilidade de atribuição de bolsas só para propinas apesar de o SNESup ter defendido expressamente junto da Secretária da Ciência a sua efetiva operacionalização.

Juntamente com a cobrança de propinas por parte das universidades aos colegas que delas legalmente estão isentos e do fim do PROTEC por desvio das verbas atribuídas, parece não faltar nada para contrariar o esforço de qualificação que em 2009 aparecia como prioritário.

Nas propostas de alteração ao regime transitório do ECDU/ESCPDESP, o SNESup pediu a prorrogação deste por três anos. Esta evolução vem dar-nos-razão.

ISCTE REVOGA REGULAMENTO DE DIREITO PRIVADO PARA A CARREIRA DOCENTE

O Reitor do ISCTE-IUL revogou o regulamento que previa que os professores de carreira pudessem também ser contratados ao abrigo do Código do Trabalho.

Aplaudimos esta revogação, que evita a criação de duas carreiras dentro da instituição, situação disfuncional que o SNESup pretendeu evitar quando propôs na apreciação parlamentar que os professores das universidades fundações pudessem ser contratados em regime de contrato de trabalho em funções públicas.

Aliás o ISCTE e, bem, só tem recorrido ao Código do Trabalho para admitir pessoal especialmente contratado.

REGULAMENTO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE NO IPCA

O SNESup promoveu no dia 4 de Junho ao fim da manhã no IPCA uma reunião reservada a associados, na qual foi revalidado o mandato dos atuais delegados sindicais, vivamente encorajados pelos colegas da Escola Superior de Tecnologia e da Escola Superior de Gestão presentes a recandidatarem-se, e debatida a problemática relativa ao Regulamento de Prestação de Serviço Docente e à proposta de Acordo Coletivo de Entidade Empregadora Pública. Seguiu-se da parte da tarde uma reunião com o Senhor Presidente do IPCA e a comissão que vem preparando os projetos de regulamento em que da parte do SNESup participaram os delegados sindicais e dois dos seus dirigentes históricos.

Contamos no próximo número da Ensino Superior – Revista do SNESup fazer um apontamento mais desenvolvido sobre a reunião, na qual participaram pelo SNESup para além dos delegados sindicais dois dos seus dirigentes históricos.

EVENTOS

Conferência “Coming to Terms with Dictatorial Past: Lessons from Romania”

21 de junho de 2012, 17h00

Sala 1, CES-Coimbra

http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=5554&id_lingua=1

6

Conferência “Democracia, memória e justiça moral: Roménia confronta o seu passado comunista”

22 de junho de 2012, 18h00

Fundação Mário Soares, Lisboa

http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=5556&id_lingua=1

4th CES International Seminar on the Foundations of Economics “Value Conflict, Decision-Making and Public Action”

15 e 16 de junho de 2012,

Sala 2, CES-Coimbra

http://www.ces.uc.pt/eventos/index.php?id=5633&id_lingua=1

Conferência "Pentecostalismo no Brasil"

18 de junho de 2012

Sala de Atos, ICS, campus de Gualtar, Braga

<http://www.cics.uminho.pt>

Conferência anual da EUNIS "A 360° perspective on IT/IS in Higher Education"

20 a 22 de junho de 2012

Campus da UTAD, Vila Real

<http://www.eunis.pt/index.php/programme/full-programme>

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Decreto n.º 12/2012. de 15 de Junho

- Aprova os Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), aprovados pela Resolução sobre a Aprovação dos Estatutos e do Regimento Interno do Instituto Internacional da Língua Portuguesa, na XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, realizada em Luanda em 22 de julho de 2010.

Resolução da Assembleia da República n.º 79/2012. publicada em 8 de Junho

- Sobre o Documento de Estratégia Orçamental.

Declaração n.º 4/2012. publicada em 4 de Junho

- Membros efetivos designados ou eleitos para a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA).

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA

Atendimento – 10 - 13 e 14 - 18 Horas

Telefone 21 799 56 60 – Fax 21 799 56 61

snesup@snesup.pt

Porto - Praça Mouzinho de Albuquerque, 60 1º – 4100-357 PORTO

Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas

Telefone 22 543 05 42 - Fax 22 543 05 43

snesup.porto@snesup.pt

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA

Atendimento – 10 - 13 e 14 - 17 Horas

Telefone 23 978 19 20 – Fax 23 978 19 21

snesup.coimbra@snesup.pt